

África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX

Africa and the Portuguese Tropical Geography Missions of the second half of the 20th century

África y las Misiones de Geografía Tropical Portuguesa en la segunda mitad del siglo XX

L'Afrique et les missions portugaises de géographie tropicale dans la seconde moitié du XX^e siècle

João Sarmento



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/10593>

DOI: 10.4000/terrabrasilis.10593

ISSN: 2316-7793

Editora

Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica

Refêrencia eletrónica

João Sarmento, «África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX», *Terra Brasilis* [Online], 17 | 2022, posto online no dia 30 junho 2022, consultado o 31 dezembro 2022. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/10593> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.10593>

Este documento foi criado de forma automática no dia 31 dezembro 2022.

All rights reserved

África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX

Africa and the Portuguese Tropical Geography Missions of the second half of the 20th century

África y las Misiones de Geografía Tropical Portuguesa en la segunda mitad del siglo XX

L'Afrique et les missions portugaises de géographie tropicale dans la seconde moitié du XX^e siècle

João Sarmiento

NOTA DO EDITOR

Submetido 30 Jun. 2022; aceite para publicação 5 Out. 2022

Todos os países que possuem territórios em vias de transformação (áreas “sub-desenvolvidas”) recorrem largamente aos geógrafos nas tarefas de planeamento regional, económico, implantação de indústrias, arrumo da população, inventário de recursos e utilização do solo, etc.

Orlando Ribeiro (1960)

A Junta de Investigação do Ultramar e as missões científicas

- 1 Para compreender a razão de ser das missões científicas às colónias ou ao além-mar, é necessário ter em vista a Conferência de Berlim, realizada em 1884-1885, e que veio

alterar o paradigma da posse dos territórios coloniais, que passou da “ocupação histórica” para a “ocupação efetiva”. Desde 1883 que a Comissão de Cartografia, criada pelo Ministério da Marinha e do Ultramar, tentava organizar e sistematizar a investigação científica nos domínios coloniais. Um dos seus objetivos mais imediatos seria o de cartografar as possessões ultramarinas e delimitar as suas fronteiras com as colónias vizinhas. Os sucessivos Congressos Coloniais (I em 1901, II em 1924 e III em 1930) foram enfatizando a urgência de estudos científicos coloniais, e na verdade, no período entre as guerras foi-se desenhando, internacionalmente, um novo princípio de legitimação dos territórios coloniais, que assentava na “ocupação científica”. É já neste contexto que têm lugar a Missão Geográfica de Moçambique de 1932, que integrava a I Missão Antropológica de Moçambique, e a I Missão Antropológica a África (Angola, 1934), financiada pela Junta de Educação Nacional (mais tarde Instituto de Alta Cultura).

- 2 Em 1936, o Ministério das Colónias criou a *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais* (JMGIC), mais tarde, “de Investigações do Ultramar” (JIC/JIU), sob tutela do Ministério do Ultramar,¹ que veio substituir a Comissão de Cartografia de 1883, e que procurava planear e organizar de forma integrada a investigação científica. Realizaram-se então a Missão Hidrográfica de Angola (1936), a Missão Botânica de Angola (1937), a Missão da Carta Magnética de Angola (1936 a 1938) e a Missão Geográfica de Timor (1938). Só em meados de 1940, a JIC ficou regularmente constituída. No entanto, com poucos recursos, não teve capacidade para cumprir o seu plano quinquenal de atividades. Ainda assim, foram realizadas missões ou campanhas Geográficas (leia-se Geodésicas) em Angola, Moçambique, Guiné Bissau e Timor; Hidrográficas em Angola e Moçambique; Botânica em Moçambique; Zoológica na Guiné; e Antropológica em Moçambique (Castelo, 2012). As missões eram formadas por pequenas equipas, que incluíam alguns técnicos ou especialistas da metrópole, sendo o apoio logístico local assegurado em parte pela administração colonial. Com a reestruturação da JIC, em 1945, a investigação passou a ter um cunho de maior intervenção, com a exploração eficiente e a questão “indígena” a tornarem-se centrais para a “ocupação científica”. As missões que se organizaram durante a segunda metade do século XX, enquadraram-se e decorrem da preocupação de assegurar a prioridade científica portuguesa, e do envolvimento na cooperação científica interinstitucional.

A centralidade de Orlando Ribeiro

- 3 Em 1946, com Mendes Corrêa (médico e antropólogo físico da Escola do Porto) no cargo de diretor da Escola Superior Colonial e presidente da Junta de Investigações Coloniais, Orlando Ribeiro foi nomeado vogal deste último organismo. De imediato sugeriu incluir a ciência geográfica nos projetos de investigação, e iniciou mesmo a preparação de uma Missão a Cabo Verde (Ribeiro, 1950a), que não se veio a realizar nos moldes pensados. A oportunidade de participação na Segunda Conferência dos Africanistas Ocidentais em Bissau, em 1947, fez com que a JIC criasse duas missões à Guiné: uma de geologia, liderada por João Carrington da Costa, e outra de geografia, liderada por Orlando Ribeiro (Havik e Daveau, 2010). Por questões de afinidade científica e de logística, as duas missões foram agrupadas numa só. Ocorreram então dois problemas que caracterizam todo o trabalho de Orlando Ribeiro ao longo das três décadas seguintes e por consequência também, o funcionamento das missões. O primeiro esteve ligado com

a lentidão da máquina burocrática do Estado, que dificultou o planeamento das missões e que neste caso em particular atrasou a partida, que deveria ter ocorrido no final de novembro de 1946. O segundo foi a saúde frágil de Orlando Ribeiro, que o fez chegar à Guiné com bastante atraso (Ribeiro, 1950a). Ainda assim, durante dois meses, em 1947, o geógrafo fez o seu primeiro trabalho de campo aprofundado em África.

- 4 Em 1949, a JIC promoveu 18 colóquios para discutir abertamente as investigações que este organismo desenvolvia. Orlando Ribeiro, convidado para este efeito, aproveitou a ocasião para criticar os meandros administrativos e burocráticos existentes e as suas consequências na liberdade de investigação. Referiu-se ainda ao atraso científico dos territórios ultramarinos, criticando a tradição científica nacional, que seria, segundo as suas palavras, “uma destas flores de retórica, vulgares nos nossos discursos e nos nossos escritos, um destes lugares-comuns com que nos consolamos do atraso actual” (Ribeiro, 1950b: 4). Esta posição está bem marcada num relatório dactilografado que Orlando Ribeiro enviou à JMGIC em 1949, onde expôs as suas considerações sobre o *Atlas de Portugal Ultramarino* que tinha sido publicado no ano antes (Ribeiro, 2017). Ribeiro condenou a coleção aparatosa, de pobreza confrangedora, resultado de um “atraso na investigação colonial” (Ribeiro, 2017: 667) e indicou como exemplo a tomar o rigor do trabalho que tinha realizado sobre a Ilha da Madeira, no âmbito do XVI Congresso Internacional de Geografia de 1949 (Ribeiro, 1949), sugerindo que, com tempo, poder-se-ia fazer muito melhor.
- 5 Este início dos anos 50 do século XX é fundamental para compreendermos a evolução da Geografia tropical portuguesa. Por um lado, em 1951, a erupção vulcânica da ilha do Fogo, em Cabo Verde, abriu portas a uma missão de urgência, com o propósito específico de estudar este episódio natural. Numa segunda visita, entre dezembro de 1952 e janeiro de 1953, para além do estudo de diversos materiais geológicos, cartográficos e geofísicos da erupção, vários aspetos da colonização nas ilhas foram analisados (Ribeiro, 1998 [1954]). Por outro lado, na sequência da primeira ocupação dos territórios da Índia Portuguesa pela União Indiana, surgiu a possibilidade de realização de uma missão a Goa, o que veio a acontecer em 1955-1956. Juntamente com Raquel Soeiro de Brito, que substituiu Orlando Ribeiro na coordenação da missão quando este teve que se ausentar, e Mariano Feio, o conhecimento dos trópicos e da expansão portuguesa foi-se adensando. Orlando Ribeiro foi mesmo alterando a sua posição inicial sobre o encontro colonial, sobre a suposta transposição benigna do mediterrâneo para os trópicos, e sobre os processos de integração ecológico-social (Ribeiro, 1956). Aliás, a sua desilusão em Goa foi marcante, pois o território era, nas suas palavras, “a terra menos portuguesa de todas as que vira até então” (Ribeiro, 1999: 64). O geógrafo identificou sentimentos de hostilidade da população face aos portugueses, utilizando mesmo a metáfora de “quisto” para adjectivar a presença portuguesa, metáfora essa que mais tarde usou em relação aos colonatos em Angola. O seu contacto mais próximo com África, a partir do final dos anos de 1950, e sobretudo as suas viagens a partir de 1960, alertaram-no para realidades muito distintas das sociedades harmoniosas, mestiçadas e de plena integração do breviário luso-tropicalista (Sarmiento, 2022).

A Missão de Estudos de Geografia Física de Angola (1958-1961)

- 6 Em 1952, uns meses depois de ter defendido o doutoramento, Mariano Feio, um dos colaboradores mais antigos de Orlando Ribeiro, escreveu uma carta à Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar. Nela deu conta do seu interesse em fazer um estudo metódico de geomorfologia de Angola com vista à produção de um mapa morfológico do território à escala 1: 4,000.000.² Esta iniciativa surgiu como resposta a uma necessidade que Luís Silveira, secretário da JIU lhe tinha feito chegar,³ na medida em que o pouco que se conhecia da morfologia deste território, era devido aos trabalhos de dois estrangeiros – Otto Jessen⁴ e Arthur Clifford Veatch.⁵ Estes trabalhos já tinham sido analisados por Mariano Feio (Feio, 1946a; 1946b). O seu ambicioso programa incluiria várias campanhas, e continha um orçamento com vencimentos para 10 meses, viagens e material diverso. Contemplava ainda a compra de um veículo - uma carrinha com tração às quatro rodas – respetivos custos de deslocação, material científico e de acampamento, e o pagamento a um motorista.⁶
- 7 Por trás de todas estas iniciativas de Mariano Feio, que no entanto foram, nesta altura, inconsequentes, estava Orlando Ribeiro.⁷ Mariano Feio acabou por ir para o Brasil, tendo ensinado, durante os anos de 1952 e 1953, em Pernambuco. Mais tarde, em 1955 e 1956, participou na Missão de Geografia da Índia (ver Feio, 1979), e assim, a Missão de Estudos de Geografia Física de Angola teve de esperar. Foi só mais tarde, em 1958, que João Carrington da Costa (1891-1982), à data presidente da comissão executiva da JIU, escreveu a Orlando Ribeiro, solicitando um parecer sobre um pedido de autorização de deslocação a Angola, à região entre o Cubango e o Cuando, de uma missão científica organizada pela Universidade de Hamburgo. O parecer solicitado auscultava a necessidade de acompanhamento desta missão estrangeira por um especialista português.⁸ Em resposta datada do dia seguinte, Orlando Ribeiro indicou que o investigador adequado para fazer este acompanhamento seria Mariano Feio, e uns dias mais tarde, Mariano Feio foi contactado pela JIU, indagando a sua disponibilidade para acompanhar uma missão da Universidade de Hamburgo,⁹ ao que este acedeu. Aproveitou a oportunidade para “ressuscitar” o seu programa de 1952, argumentando que seria preferível ter autonomia em relação à expedição alemã,¹⁰ e propondo um programa de investigação de Geografia física “na faixa situada entre o rio Cubango e o mar”, programa este que seria muito semelhante ao da missão de Hamburgo, facilitando assim a troca de informações e a colaboração entre investigadores.¹¹ Perspicazmente, indicou que os cientistas alemães “não levantarão dificuldades a pôr-me a par da súmula dos seus resultados”, e no espírito da colonização científica que agradava à Junta, explicou que esta seria a “oportunidade de evitar que a ocupação neste ramo científico, da parte sul de Angola, esteja a ser feita apenas por estrangeiros”.¹² A missão na região entre os rios Cubango e Cuando, foi autorizada pelo Ministro do Ultramar.¹³ Mariano Feio partiu para Angola no início de dezembro desse ano,¹⁴ e em março de 1959 deu conta, num relatório detalhado, das atividades da missão da Universidade de Hamburgo, composta apenas por um assistente de geografia.¹⁵
- 8 Numa carta de Mariano Feio a Orlando Ribeiro, percebe-se a interação com o Mestre acerca dos temas e áreas que Mariano Feio e Ilídio do Amaral deveriam estudar em Angola:

Ele [Cannas Martins] comprometeu-se (...) a fazer determinado trabalho, o núcleo é a economia agrícola indígena no Sul, acho que começam pelo distrito da Huíla e pelo de Moçâmedes. Mas já que faz aquilo, queria dar-lhe uma base completa, portanto Geogr. Física, Geo Humana, Botânica, Zoologia, Etnografia, etc. Pediu-me logo para eu lhe fazer a parte da Geomorf., ao que acedi tanto mais facilmente quanto... já estava na minha área de trabalho. Dentro deste plano de trabalho o que a ela calhava melhor que o Ilídio tomasse era aquilo a que nas nossas conversas se poderia ter chamado o sector médio (Benguela), talvez um pouco para baixo para acertar melhor com a área deles, digamos de Quilengues para o poente e também na direcção de Benguela. Ele não diz de modo nenhum que imporia, nem pensar nisso, irá para onde o Orl. quizer. Naquela área calhava especialmente bem por ele fazer logo a parte física e humana. Claro, fica cá mais no sul (na parte da minha Geomorf.) a necessidade de um geo humano. (...) O estudo do sul mete pedologia e tudo. A parte da economia agrícola já está entregue a um agrónomo (Cruz de Carvalho). Eu não posso ajudar na Geo humana porque tenho que fazer a Geomorf do grande interior e então não tenho tempo. Mas de resto aquilo é para vários anos e, como sempre, há-de demorar o dobro do que eles esperam.¹⁶

- 9 Uns meses mais tarde, Mariano Feio escreveu novamente a Orlando Ribeiro, dando-lhe conta dos progressos da investigação, e com muito entusiasmo comunica-lhe:

Encontrei a chave, a maneira como se faz, a subida do litoral para a serra de Chela. E é de um género como eu nunca tinha visto: uma superfície inclinada que sai debaixo dos depósitos da orla; emerge a cerca de 200 m de altitude e sobe até uns 400-450 m, com inclinação bastante forte, isto é, numas dezenas de km. Nos 450 m é truncada por outra que ainda está horizontal. Prolongando a inclinada, dá razoavelmente com o cimo de Chela. (...) Fiquei radiante por ter quase a certeza de poder dar ao estudo uma construção sólida e precisa. E é bonito ver sair assim uma superf. debaixo do depósito...¹⁷

- 10 A campanha continuou durante 1960, e na verdade foi no âmbito desta missão que Mariano Feio se encontrou com Orlando Ribeiro na sua viagem de 1960. Mas no início de 1961 (12 de janeiro), e quando Mariano Feio estava em Angola, as instruções dadas pela Junta foram da suspensão da Missão de Geografia Física de Angola. Assim, os trabalhos de Mariano Feio deveriam ser integrados na Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (MGFHU), que devia começar nesse ano. A este respeito, numa carta a Ilídio do Amaral, Mariano Feio explica bem os contornos da sua missão:

É certo que a Junta (Carrington) nunca desejou este trabalho, queriam era um fiscal para os alemães que viriam e eu, ou nós, é que transformamos esta acção fiscal num estudo de geomorf...Mas nós é que tínhamos razão e, por linhas tortas, fizemos o C. fazer direito.¹⁸

- 11 Orlando Ribeiro lamentou por seu lado esta suspensão, pois o projeto da MGFHU que estava a começar, tinha expresso claramente que Mariano Feio deveria prosseguir os seus estudos, embora em ligação íntima com esta¹⁹. É interessante observar com detalhe a carta que Mariano Feio escreveu à JIU no final da Missão, já de Lisboa, que indica numa lista as despesas que deveriam ainda ser pagas. Nela se percebe que Mariano Feio estava acompanhado de um auxiliar técnico e de um cozinheiro indígena, da centralidade das amostras (areias, rochas e fósseis), das despesas com transportes, nomeadamente do veículo, e das necessidades posteriores para elaboração de uma monografia final, que apenas foi publicada anos mais tarde (Feio, 1981).

Tabela 01 – Lista de despesas que deveriam ser pagas pela JIU

Viagem do chefe de Missão de Sá da Bandeira para Luanda	1187\$30
---	----------

Viagem do auxiliar técnico, do cosinheiro indígena, do carro e da bagagem (incluindo toda a amostragem) de Sá da Bandeira para o Lobito:	
120 litros de gasolina	486\$00
Canhão de manga do eixo que se partiu e foi necessário substituir	500\$00 986\$00
Subsídio de embarque do chefe de missão	3000\$00
Subsídio de embarque do auxiliar técnico	1000\$00
Viagem do cosinheiro indígena do Lobito para Luanda	154\$00
Ordenado do auxiliar técnico durante a viagem e embarque De Sá da Band. para o Lobito e daqui para Lisboa:	
4 dias em Angola e 16 dias embarcado	1200\$00
Reparação do carro no fim da campanha (recibo de 7.1.961)	3556\$80
Despacho de bagagem e das amostras de rochas, de areias e de fósseis	1937\$00
Sacos de pano para acondicionar as amostras de areias	145\$00
Ordenados do chefe de Missão durante a redação do estudo, na Metrópole	72000\$00
Trabalhos fotográficos	3500\$00
Trabalhos de desenho: mapas e ilustrações para o livro	10000\$00
	98666\$10”

Fonte: IICT/ACPGU, 710, Doc.119, 12.5.1961

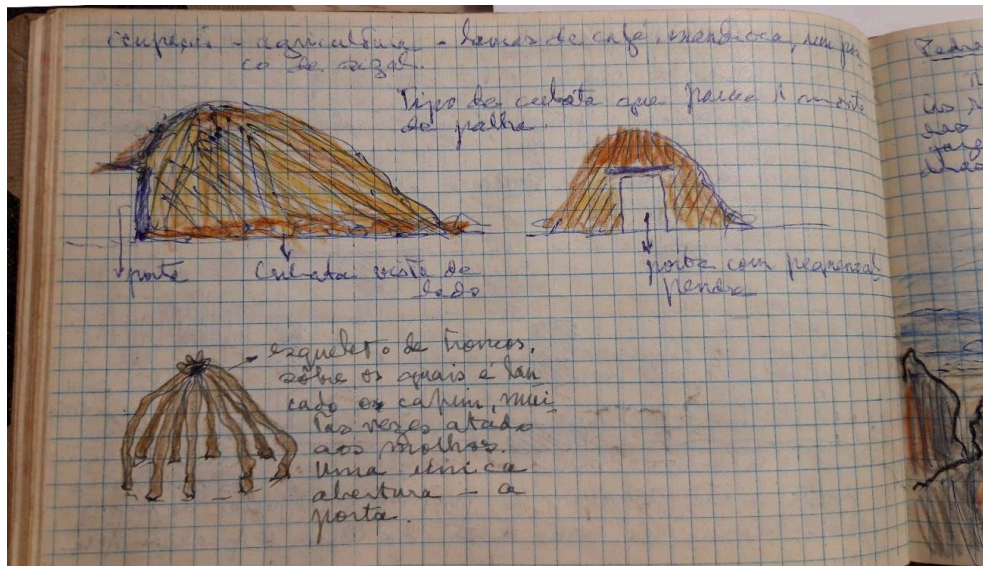
O Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (1958-1973)

- 12 Em 1956, Orlando Ribeiro escreveu à Junta de Investigações do Ultramar, a indicar que haveria toda a vantagem em criar “junto da Faculdade de Letras, de Lisboa, um núcleo de estudos onde se reunisse a documentação bibliográfica, cartográfica, e fotográfica indispensável à investigação da geografia africana, e se preparassem os futuros investigadores dessa geografia”.²⁰ Neste documento, o geógrafo apontava a necessidade de que “Angola e Moçambique deixem de ser, pelo menos para os geógrafos portugueses, a terra incógnita que tem sido até hoje.”²¹ A resposta não tardou,²² e após esclarecimentos adicionais, no final de 1957, a criação do Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (ACPGU) foi autorizada.²³
- 13 Em 1958, o agrupamento contou com uma bolsa integral (para Manuel Marques), e outra parcial (para João Proença Ribeiro),²⁴ e no ano seguinte viu crescerem duas

bolsas parciais para atribuir “aos restantes assistentes de Geografia da Faculdade de Letras que dedicam ao estudo da Geografia tropical e do Ultramar grande parte da sua actividade e colaboraram benevolmente nos trabalhos do Agrupamento”.²⁵ Nestes anos fez-se “treino de campo e de gabinete”, tendo-se realizado, em 1958 e 1959, excursões a diversas áreas do norte e centro do país. Envolvendo a realização de inquéritos diversos,²⁶ os trabalhos estatísticos, a execução de mapas de distribuição de população e utilização do solo, elaborados em Goa, serviriam também como prática para trabalhos idênticos em África.²⁷ Esta ideia de “treino de campo” em Portugal para preparar os jovens geógrafos para os trópicos, assenta com certeza nos inquéritos de Geografia regional e do habitat rural que Orlando Ribeiro tinha promovido no final dos anos 30 (Ribeiro, 1991; 1995)²⁸. Central para o agrupamento e para a prática da Geografia tropical foi o pedido e posterior compra de uma máquina fotográfica Leica, tendo por orçamento cerca de 12 contos.²⁹ A esta compra juntava-se uma grande lista de materiais para acampamento: tendas, camas, colchões, sacos de dormir, mesas, cadeiras, mochilas, bacias, lanternas e chuveiros, entre outros.

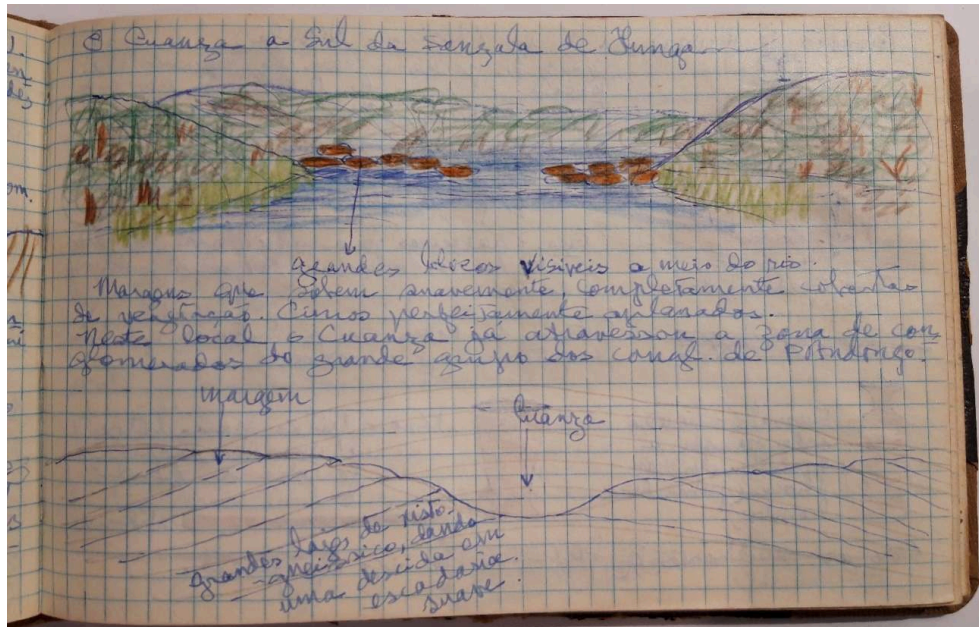
- 14 No último dia de 1958, Orlando Ribeiro escreveu um outro ofício à JIU, informando que Ilídio do Amaral o substituiria na missão, durante a sua estadia em Paris no ano seguinte, onde iria proferir uma série de lições no Collège de France.³⁰ Em 1959, Orlando Ribeiro propôs que Ilídio do Amaral e Manuel Monteiro Marques deveriam permanecer cinco meses em Angola, e aproveitassem para fazer um estágio de campo com Mariano Feio. Ilídio do Amaral partiu em Agosto, mas Manuel Marques acabou por desistir da bolsa e do agrupamento, tendo-se perdido o seu contributo na área da geomorfologia e na sua especialidade de trabalho de campo, lamentando Orlando Ribeiro o sucedido.³¹ As figuras 1 e 2 mostram duas páginas do caderno inédito de campo de Ilídio do Amaral, de finais de 1959, e que espelham bem o modo de fazer Geografia nesta altura.³²

Figura 1. Desenhos de habitação feito por Ilídio do Amaral, 1959



Caderno de campo nº2, Angola, Ilídio do Amaral, 1959

Figura 2. Esboço do Cuanza feito por Ilídio do Amaral



Caderno de campo nº2, Angola, Ilídio do Amaral, 1959

- 15 Ainda nesse ano, Orlando Ribeiro escreveu ao engenheiro agrônomo Virgílio Canas Martins (1909-1973), que à data era o diretor do Instituto de Investigação Científica de Angola (IICA),³³ sugerindo-lhe a constituição de uma “Missão de Estudos de Geografia a Angola”. Esta deveria “iniciar um reconhecimento de conjunto”, “preparar um mapa da população”, “proceder à escolha de dois ou mais assuntos de Geografia física, humana ou regional que constituíssem matéria de investigações aprofundadas, podendo, eventualmente, servir de tema a dissertações de doutoramento” e “colaborar na elaboração de planos regionais ou económicos e dar toda a assistência técnica às autoridades administrativas (...)”.³⁴ Refere ainda que está muito ocupado com estudos sobre a Índia e o Brasil e que não será possível dedicar-se a trabalhos profundos, mas acompanhará os seus colaboradores e discípulos, fazendo “viagens de prospeção e acompanhando depois, *in loco*, os seus trabalhos”.³⁵ A sugestão de Orlando Ribeiro era de que a primeira campanha se realizasse em julho desse mesmo ano, ou seja em 1959, o que não veio a acontecer.
- 16 Sabemos que uns meses mais tarde, Mariano Feio escreveu de Angola a Orlando Ribeiro, contando que se tinha encontrado com Canas Martins, e que tinham falado da organização da missão.³⁶ A carta que Orlando Ribeiro tinha dirigido a Canas Martins dava ainda conta que se devia fazer um convite a Pierre Gourou (1900-1999), que designa como o “mais reputado especialista das regiões tropicais e com a larga experiência que possui através dos seus estudos no Congo Belga”. O geógrafo francês era já um nome incontornável na Geografia tropical, e teve uma profunda influência na Geografia portuguesa praticada na época. A deslocação de Pierre Gourou ocorreu nas campanhas de 1962 e 1963.
- 17 Numa nota informativa, a JIU deu conta do plano de trabalho do agrupamento para 1960, que incluía investigação na Índia portuguesa e no norte de Moçambique (Raquel Soeiro de Brito), em São Tomé (Francisco Tenreiro) e Angola (Ilídio do Amaral).³⁷ Referia ainda que Orlando Ribeiro estaria a terminar os estudos “A cidade portuguesa

no mundo” e “Os telhados de Tavira”. O trabalho do agrupamento prosseguiu, tendo sempre orçamentos anuais que permitiam fazer missões em diversos territórios. Em 1965, Raquel Soeiro de Brito desvinculou-se do agrupamento, sendo substituída por João Pereira Evangelista, um assistente que trabalhava em Geografia da população.³⁸ Significativo é o facto deste agrupamento ter financiado o trabalho de três estudantes finalistas de geografia, que defenderam as suas teses de licenciatura em Ciências Geográficas em 1966 com dois trabalhos em Angola e um em Moçambique.³⁹

- 18 Em 1967, João Evangelista saiu do agrupamento, pois foi convidado para ser assistente dos Estudos Gerais Universitários de Angola. Em sua substituição, entrou o geólogo António Marcos Galopim de Carvalho (1931-), à data assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.⁴⁰ Os trabalhos do agrupamento desenrolaram-se normalmente, e no início de 1971, Orlando Ribeiro deu conta disso mesmo à Junta, indicando que mais uma tese de licenciatura tinha sido concluída – um estudo sobre Gabela, uma pequena cidade de Angola⁴¹ – sendo de prever a conclusão da primeira “Bibliografia Geográfica de Angola”, orientada por Ilídio do Amaral.⁴² Mas nesse mesmo ano, a suborçamentação da missão (50 contos atribuídos de 188 contos solicitados), levou à suspensão das bolsas de Orlando Ribeiro, Ilídio do Amaral, João Proença Ribeiro e Maria Alfreda Cruz⁴³, esta última assistente do IICA entre 1966 e 1968. Nos dois anos seguintes, os últimos do agrupamento, a verba disponível manteve-se em 50 contos por ano, permitindo que apenas um bolseiro trabalhasse em Angola.

A Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1960-1973)

- 19 A Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar foi criada em 1960, por três anos prorrogáveis, tendo o projeto de criação da missão sido assinado por Orlando Ribeiro em 7 de junho de 1960.⁴⁴ Nele o geógrafo insistia no interesse científico da África subsaariana, no desconhecimento científico existente, e no facto de que os poucos trabalhos existentes terem sido feitos por estrangeiros. Dá o exemplo do estudo do colonato de Cela em Angola, feito por um geógrafo belga (Denis, 1956) e por um brasileiro (Penteado, 1959-1960), e que mereceria estudo por parte de investigadores nacionais. Foi a mais robusta Missão de Geografia tropical em Portugal, funcionando até 1973, e compreendeu dezenas de campanhas ao longo dos seus 13 anos de funcionamento. Tal como refere Ilídio do Amaral, a especificidade do nome da missão prende-se com a clarificação do campo científico das mesmas, pois as missões de geografia eram tradicionalmente cartográficas (Amaral, 1983a).
- 20 O orçamento da missão, comunicado a 10 de janeiro, foi considerável.⁴⁵ A tomada de posse de Orlando Ribeiro aconteceu a 2 de março de 1961. O geógrafo, escreveu à JIU no dia seguinte, propondo uma autorização urgente para o projeto de trabalho do chefe da missão, pois com os atrasos na nomeação dos adjuntos, entre outras delongas, era difícil apresentar o projeto completo para esse ano. Sugeriu ainda uma viagem dividida em duas partes. Na primeira parte, visitaria o Instituto Francês da África Negra e o Departamento de Geografia da Universidade de Dakar, no Senegal (8-10 dias). Na segunda parte, visitaria algumas ilhas de Cabo Verde (Brava, São Nicolau e Boavista), com vista a completar o estudo da ilha do Fogo e outros trabalhos sobre o arquipélago (20-25 dias).⁴⁶ As férias da Páscoa seriam aproveitadas para o efeito, numa viagem de

cerca de um mês, a ter início em 17 de março. Angola e Moçambique teriam de esperar pela nomeação dos adjuntos da missão.

- 21 No entanto, mais uma vez a máquina burocrática do Estado fez-se sentir, não permitindo que a viagem da Páscoa fosse realizada. Por um lado, o orçamento só foi posto à disposição em meados de abril,⁴⁷ e por outro lado, a publicação em *Diário do Governo* da missão, com o orçamento e projeto de trabalhos completos, demorou bastante tempo. Orlando Ribeiro referia no plano para 1961 que “a gravidade do momento actual obriga a encarar a possibilidade de interromper ou desviar para outros lugares a actividade da Missão”, e a retoma do trabalho de Ilídio do Amaral de 1958 e 1960, no norte de Angola, financiado pelo IICA, era incerta.⁴⁸ Neste plano indicava-se também o papel dos vários adjuntos em 1961, a saber: Raquel Soeiro de Brito (trabalhos em Lourenço Marques e no litoral Moçambicano, bem como em Macau, Taipa, Coloane e Hong Kong), Fernandes Martins (norte de Moçambique), Francisco Tenreiro (alguma aldeia em Moçambique; Lourenço Marques; e três cidades do sul de Angola) e Ilídio do Amaral (Santiago de Cabo Verde). Referia-se ainda que Pierre Gourou já tinha sido convidado para colaborar com a Missão nos trabalhos em Moçambique (com conhecimento e concordância do Ministro de Ultramar), sendo que se procurariam estabelecer contactos com investigadores da Universidade de Dakar. No entanto, “o mais eminente especialista de Geografia das regiões tropicais (...) solicitado para outras viagens e missões, não pôde (...) aceder ao convite que lhe foi dirigido”.⁴⁹

Quadro 1. Missões de Geografia (1947-1973)

Anos	Nome da Missão	Chefe	Adjuntos	Bolseiros
1947	Missão de Geografia à Guiné	Orlando Ribeiro	-	-
1951, 1952-53	Missão a Cabo Verde	Orlando Ribeiro		
1955-1956	Missão de Geografia à Índia	Orlando Ribeiro	Mariano Feio Raquel Soeiro de Brito	-
1958-1961	Missão de Estudos de Geografia Física de Angola	Mariano Feio	-	-
1958-1973	Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar	Orlando Ribeiro	Ilídio do Amaral Francisco Tenreiro Raquel Soeiro de Brito (-1965)	João Proença Ribeiro (1958-) Manuel M. Marques (1958-59) Ilídio do Amaral (1958-) João Evangelista (1965-67) A. Galopim de Carvalho (1967-)

1961-1973	Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar	Orlando Ribeiro (2.1961-)	Raquel Soeiro de Brito (6.1961-) Alfredo Fernandes Martins (7.1961-) Ilídio do Amaral (7.1961-) Francisco Tenreiro (6.1961-1963) Mariano Feio (6.1965-) Lucília Gouveia (6.1966-) José Gabriel Correia da Cunha (1965-1967) Joaquim Lino da Silva (9.1967-1969)	Wanda Amaral (6.1964-)
-----------	---	---------------------------	--	------------------------

- 22 Em 1962, para além de Orlando Ribeiro e Francisco Tenreiro, que juntamente com Pierre Gourou viajaram para Angola, Ilídio do Amaral deslocou-se a Cabo Verde, e A. Fernandes Martins e Raquel Soeiro de Brito a Moçambique.⁵⁰ Em novembro de 1962, Raquel Soeiro de Brito, adjunta da Missão de Geografia, escrevia, em nome do chefe da missão, uma carta ao presidente da Comissão Executiva da JIU, a dar conta do projeto de orçamento para 1963, que incluía o chefe da missão, Orlando Ribeiro, os adjuntos com a categoria B, Mariano Feio, Francisco Tenreiro, Fernandes Martins e a própria Raquel Soeiro de Brito, e o adjunto com a categoria C, Ilídio do Amaral.⁵¹ O documento indicava também as despesas com o material, que se dividia em: científico, isto é, barómetros, bússolas, outros instrumentos e acessórios para fotografia; e cinema e fotografia, dizendo respeito a rolos de película, revelações, cópias e ampliações. As despesas com as deslocações abrangiam duas viagens para Cabo Verde, quatro para Moçambique e apenas uma para Angola. Incluíam-se também despesas com subsídios de embarque, transporte de material e pessoal auxiliar. O total ascendia a 884 mil e 200 escudos.
- 23 Dois meses antes da segunda viagem de Orlando Ribeiro a Angola, a Junta de Investigações do Ultramar procurou avaliar a disponibilidade de materiais na província, para o funcionamento da MGFHU. Nesse sentido, questionou Mariano Feio, que chefiava a Missão de Geografia Física de Angola, tendo este respondido que, sem prejuízo para o funcionamento da sua missão, poderia dispensar algum material, que já tinha “herdado” da Missão Antropológica de Moçambique, e que estaria, quase todo, depositado em Sá da Bandeira e na Sociedade Agrícola do Cassequel, na Catumbela, próximo do Lobito. Essa lista, traça uma imagem do funcionamento das campanhas, e continha os seguintes materiais:
- 24 “1 lavatório com bacia de lona;
3 sacos bornais;
5 sacos de lona para água;
2 baldes de lona com bico;
1 chuveiro de lona;
1 mala cantina completa, conforme as listas existentes nessa Junta;

- 3 cadeiras campex fauteils (as armações estão boas, mas alguns panos precisam concertados);
1 banco campex;
1 cadeira campexauto de tubo de aço;
1 saco contendo um burro, um colchão e um mosquiteiro;
1 cadeira Paris de ferro e lona;
80 balas para carabina 275 Magnum;
1 bussola;
1 bidon de plástico de 2 l.”⁵²
- 25 A um mês da viagem de Orlando Ribeiro, a JIU perguntou às diversas missões em funcionamento em Angola (geográfica; botânica; hidrográfica e pedologia); se teriam algum do seguinte material disponível, para ser fornecido à missão a criar:
1. Station Land-Rover, tipo “Jardineira” e Jeep Willys.
 2. Barómetros, altímetros, bússolas, estereoscópios.
 3. Material de campo.
 4. Material de fotografia e cinema.⁵³
- 26 As respostas das missões foram todas negativas, à exceção da Missão Geográfica de Angola, que através do seu chefe da missão, o engenheiro geógrafo Alberto Pereira Bastos, respondeu do Zaire, que poderia ceder “um número limitado de altímetros, bússolas, e estereoscópios de bolso”.⁵⁴ Em todo o caso, e como já vimos, a MGFHU só teve aval da JIU para entrar em funcionamento no ano seguinte.
- 27 Já depois da campanha de 1963 ter terminado, Orlando Ribeiro escreveu ao presidente da comissão executiva da JIU, argumentando que ao fim dos três anos previstos da missão, os trabalhos justificavam continuidade.⁵⁵ Referiu-se concretamente aos seus próprios trabalhos em Moçambique (onde não voltará) e em Angola, aos de Ilídio do Amaral em Angola e Cabo Verde, e aos de Raquel Soeiro de Brito e de Francisco Tenreiro (que faleceria em dezembro deste mesmo ano) em Moçambique (ver Castelo, 2021). Abordou também a necessidade de efetuar trabalhos em Macau, onde Raquel Soeiro de Brito tinha já feito um “sumário reconhecimento”, e em Timor, que “nunca foi aflorado”.⁵⁶ O pedido foi de uma prorrogação da missão de quatro anos, que teve resposta favorável em 1964, mas com a duração de três anos.⁵⁷
- 28 Em 1964, Ilídio do Amaral, que entretanto tinha terminado a tese de doutoramento sobre a ilha de Santiago de Cabo Verde (Amaral, 1964), continuou a fazer investigação em Angola, onde esteve a partir de 20 agosto.⁵⁸ O objetivo era estudar Luanda e os seus musseques, trabalho que mais tarde viria a publicar (Amaral, 1968), bem como visitar outros centros urbanos como “Sá da Bandeira, Moçâmedes e, talvez, Luso”⁵⁹ No final desse mesmo mês, Raquel Soeiro de Brito partiu para Moçambique, para estudar os povos Ajaúas e Nianjas, nas margens do Niassa,⁶⁰ seguida de Fernandes Martins, que viajou nos primeiros dias de setembro.⁶¹
- 29 O projeto de orçamento para o ano de 1965, propôs três novos colaboradores: Lucília Dora de Andrade Gouveia, assistente na Universidade de Coimbra e docente da disciplina de Geografia tropical, e José Gabriel da Cunha, recente colaborador do Centro de Estudos Geográficos, entravam para a missão como adjuntos (letra C); Wanda Maria Peres do Amaral, irmã de Ilídio do Amaral, juntava-se à equipa como auxiliar da missão.

⁶²

- 30 Numa carta datada de 1965 e dirigida ao presidente da comissão executiva da JIU, Orlando Ribeiro comunica que “infelizmente, por motivo de saúde, não me foi possível, no ano transato, deslocar-me a África. Este ano também apenas poderei dedicar umas três ou quatro semanas a trabalho de campo em Angola”.⁶³ Os objetivos que apresenta para o trabalho a realizar são vários e estão em sintonia com os apontamentos ecléticos dos seus cadernos de campo. Em primeiro lugar, queria analisar o estudo de Ilídio do Amaral em Luanda, refletindo sobre o desaparecimento da fisionomia tradicional da cidade, que, invoca o geógrafo, constituiria parte integral de um livro sobre “A cidade portuguesa no mundo”.⁶⁴ Em segundo lugar, pretendia continuar a estudar os “modos de vida europeus e africanos, e respetivas interferências, nas áreas de Benguela, Moçâmedes e Sá da Bandeira”. Nesta temática indicou que procuraria orientar Lucília Gouveia, na escolha de uma monografia aprofundada, para tese de doutoramento, a terceira sobre África, depois de Tenreiro (1961) e Amaral (1964). Em terceiro lugar, gostava de prosseguir a investigação sobre a geomorfologia das paisagens de montes-ilha, desde o clima de savana até ao clima árido.⁶⁵
- 31 No ano seguinte o grupo deixou de contar com José Gabriel Correia da Cunha, mas no final do ano de 1965, Orlando Ribeiro deu conta de que apenas Ilídio do Amaral e Fernandes Martins puderam realizar os programas propostos⁶⁶. Assim, por não se terem executado despesas previstas, por se prever trabalho de campo intenso em Angola no ano seguinte, e porque a missão apenas dispunha de uma viatura em Moçambique, propôs a aquisição de duas viaturas (um Land Rover e um Renault 4L). Esta despesa foi autorizada no último dia desse ano.
- 32 Na apresentação do plano de atividades de 1966, Orlando Ribeiro refere que a redução do orçamento da missão inviabilizava o trabalho de Raquel Soeiro de Brito em Timor, a investigação de Ilídio do Amaral no norte de Angola, e a sua própria deslocação a África. Continuaram apenas os trabalhos de Mariano Feio, sobretudo no sudoeste de Angola, no planalto de Humpata, e de Lucília Gouveia, em torno da região de Lobito-Benguela⁶⁷. Orlando Ribeiro referiu ainda que esperava que Lucília Gouveia tivesse o apoio de Maria Alfreda Cruz, que se iniciava nos estudos de Geografia humana do norte e centro de Angola. O ano de 1966 marca o início da publicação *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, fundada por Orlando Ribeiro, conjuntamente com Suzanne Daveau e Ilídio do Amaral. O primeiro número incluiu um artigo de Pierre Gourou, sobre Geografia humana, e vários artigos sobre África.
- 33 Em 1967 a missão é prorrogada por mais três anos, e em articulação com o chefe da missão, Raquel Soeiro de Brito apresenta um plano focado em Angola, nomeadamente na cidade de Moçâmedes.⁶⁸ A esta mudança não é alheia a situação no norte de Moçambique, pois a geógrafa vinha desenvolvendo trabalho “nos planaltos e bordos do lago Niassa”. Lino da Silva, que colaborava com o IICA, juntou-se também à missão como 2º assistente.⁶⁹ Este etnólogo, com formação na Escola Superior Colonial, realizou investigação sobre as embarcações e utensílios de pesca dos ilhéus de Luanda (Silva, 1960), defendeu uma tese sobre Armações de Pesca (Silva, 1966) e preparou uma tese sobre os Cuvaes do sudoeste de Angola (Amaral, 1983b), que não terminou. Fez duas campanhas em Angola, a de 1967 e de 1968, em que estudou com bastante detalhe os povos Tuás, material que mais só muito mais tarde publicou (Silva, 1988). Em 1969, rescindiu a colaboração com a MGFHU, e tornou-se investigador permanente do IICA.
- 34 Entretanto, Orlando Ribeiro informou a JIU que iria para Paris, ficando a lecionar na Universidade de Paris-Sorbonne, durante todo o ano letivo de 1967/68.⁷⁰ Há uma troca

de correspondência em 1968, que nos permite avaliar os problemas de tempo na conciliação da realização das campanhas e do trabalho de campo, com os compromissos académicos, nomeadamente as aulas, mas não só. Estes constrangimentos sempre tiveram presentes nas missões, e Orlando Ribeiro refere-os amiúde. No início desse ano, Raquel Soeiro de Brito, em substituição de Orlando Ribeiro que se encontrava em Paris, escreveu à JIU, enviando os relatórios da campanha de 1967. Passados três dias, nessa mesma carta, o presidente da JIU, Krus Abecasis⁷¹, escreveu que se devia dar conhecimento ao Ministro de que: “foi muito prejudicada a utilidade das campanhas, relativamente ao que era lícito esperar dos praticados dos cientistas que as realizaram, pela demasiado curta duração da permanência na Província. Por outro lado, os instantes problemas a que esta colaboração poderia trazer contributo muito útil aconselhariam um contacto mais acentuado com a Secretaria Provincial de Fomento Rural”.

- 35 Este parecer chegou a Orlando Ribeiro, que de passagem por Lisboa, escreveu à JIU a esclarecer diversos pontos, entre os quais o de que todos os membros da missão eram professores universitários e que as universidades prestavam “mais atenção aos exames do que à pesquisa”, de que as campanhas se realizavam no período de férias destes professores, de que as verbas não eram suficientes para campanhas muito longas, e finalmente de que a missão tinha já produzido obras significativas⁷². Krus Abecasis foi mais brando com o que escreveu no seu parecer, sublinhando que só com investigadores muito experientes valeria a pena realizar campanhas de um a dois meses. O ministro do ultramar, Silva Cunha,⁷³ deu despacho escrevendo “continuo a julgar que os trabalhos de campo deverão ter mais duração”.⁷⁴
- 36 Mais tarde Orlando Ribeiro deu conta de um episódio passado em Angola por esta altura. Segundo o geógrafo, Canas Martins solicitou a colaboração de Orlando Ribeiro acerca da despossessão de terras indígenas na periferia semiárida do deserto do Namibe, no sul de Angola, por criadores de gado brancos (Ribeiro, 1975: 70). Nesse ano de 1968, foi Raquel Soeiro de Brito que produziu um relatório preliminar sobre o assunto, em que constava “um clima de tensão está criado em muitos lugares e rapidamente se pode estender a vastas áreas; por isso é urgente o estudo do problema”.⁷⁵ O relatório, entregue a diversas autoridades e serviços, foi ignorado, tendo sido publicada uma pequena nota sobre o assunto num artigo na revista *Finisterra*, em 1970: “Urge, por isso, completar o estudo da vegetação, com o do clima e dos solos, de modo a poderem orientar-se as populações nativas para, se possível, uma evolução mais racional e mais rentável da sua economia e não as afugentar com o estabelecimento não cuidadosamente estudado de criações ‘de brancos’, criações que, falhas de um apoio técnico suficiente, em pouco tempo se poderão transformar em desastre económico, pela necessidade de fazerem uma transumância extensiva tal como a dos nativos, vindo a sobrecarregar os pastos e os pontos de água de maneira insustentável.” (Brito, 1970: 81-82). Retomou este assunto quando no final dos anos 70 escreveu “Num espaço semiárido, com pontos de água raros e distantes, os criadores brancos fizeram-se outorgar grandes concessões, aramando-as, sob o olhar complacente da administração colonial.” (Ribeiro, 2014: 66).
- 37 Em 1969 Orlando Ribeiro ainda enviou para a JIU o projeto para a campanha de 1970. Nele constam as propostas de estar 30 dias em Moçambique e mais 30 dias em Angola, acompanhado pela geógrafa Suzanne Daveau; de 60 dias em Timor para Raquel Soeiro de Brito; 30 dias em Angola para Ilídio do Amaral; 60 dias em Angola para Lucília

Gouveia, havendo ainda lugar a um subsídio para Wanda do Amaral.⁷⁶ Com a prorrogação por três anos da MGFHU,⁷⁷ as oportunidades também surgiram, mas por diversas razões não se concretizaram. Em 1969, os três anos do curso em Geografia tinham sido estabelecidos em Sá da Bandeira e em Lourenço Marques. As licenciaturas, coordenadas por Orlando Ribeiro e Ilídio do Amaral, eram de cinco anos, o padrão na época, e teriam que ser concluídas em Lisboa ou em Coimbra. Em 1970, Carlos Alberto Medeiros, Isabel Medeiros e Lino da Silva, estavam a lecionar em Sá da Bandeira, e Maria Eugénia Moreira, Celeste Coelho, Maria Clara Mendes, Esmeralda Ferreira, com o apoio de Gaspar Soares de Carvalho (1920-2016), que tinha estado envolvido nas Missões Geológicas na Guiné-Bissau (1959), Goa (1960) e Angola (1960), lecionavam em Lourenço Marques (Sarmento, 2018; 2019).

- 38 Em 1971, a verba foi reduzida, e só Raquel Soeiro de Brito e Ilídio do Amaral viajaram. A primeira continuou o trabalho em Timor e o segundo em Angola. Orlando Ribeiro lamentou-se sobre a impossibilidade de alargar a missão, e especificamente lastimou não se ter celebrado o contrato com Suzanne Daveau, “especialista em geomorfologia, antiga professora das Universidades de Dakar e de Besançon”, bem como com Maria João Vilar Queiroz, na altura assistente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas do Ultramar, e licenciada em Geografia.⁷⁸
- 39 Suzanne Daveau e Orlando Ribeiro preparavam então um livro científico-didático sobre os trópicos, publicado pela editora Armand Colin, em Paris, em 1973, com o título *La Zone Intertropicale Humide* (Daveau e Ribeiro, 1973: 197). Nele os dois geógrafos recorreram a toda a sua experiência em diversos continentes, traçando, sob forte influência de Pierre Gourou, uma geografia panorâmica dos trópicos, desde o Perú, Cuba, México e Índia, com destaque para o Brasil e África, sobretudo a África ocidental e a África lusófona. Ainda nesse ano de 1973, Orlando Ribeiro escrevia à JIU a solicitar autorização para se deslocar a Angola numa missão de 45 dias, a começar a 15 de agosto.⁷⁹ O geógrafo pretendia fazer: 1. Estudo do sudoeste de Angola; 2. Rápida deslocação a Cabinda; 3. Rápida deslocação a Carmona; 4. Troca de impressões in loco com os três assistentes que estão em Sá da Bandeira e que têm teses de doutoramento adiantadas.⁸⁰ A deslocação chegou a ser autorizada,⁸¹ mas por motivos de doença, Orlando Ribeiro não viajou.⁸² Entretanto, Wanda do Amaral pediu a rescisão do contrato como auxiliar-estagiária, e em novembro desse ano, Orlando Ribeiro pediu a prorrogação da MGFHU por mais três anos, sobretudo para que Raquel Soeiro de Brito, Ilídio do Amaral e Alfredo Fernandes Martins, continuassem os trabalhos em Timor, Angola e Moçambique, respetivamente.⁸³ Uns dias antes, no entanto, o decreto lei 583/73 de 6 de novembro de 1973, alterava a orgânica da investigação científica no País, e a prorrogação solicitada não foi autorizada. As atividades da MGFHU e do ACPGU passaram a estar integradas no Centro de Geografia do Ultramar (pertencente ao Instituto de Ciências da Terra, parte da Junta de Investigações do Ultramar, que se passava a designar Junta de Investigações Científicas do Ultramar),⁸⁴ mas estavam suspensas. Em 1974, a MGFHU já não teve orçamento.⁸⁵
- 40 Umhas semanas antes da revolução, ainda Raquel Soeiro de Brito fazia esforços para que uma campanha de 45 a 60 dias em Timor fosse possível,⁸⁶ diligências essas reforçadas por Orlando Ribeiro, já em novembro de 1974, quando indicou a necessidade de terminar os trabalhos em curso sobre os Ajauas e Nianjas no Niassa, Moçambique, e em Timor.⁸⁷ As restantes peças do arquivo mostram o encerramento destas missões, com missivas trocadas entre Orlando Ribeiro, Raquel Soeiro de Brito, Ilídio do Amaral ou o

secretário do Centro de Estudos Geográficos, Machado Guerreiro, e o gestor da Junta de Investigações Científicas do Ultramar. Sintomático deste desmantelamento, são dois documentos datados de 1976 e 1977, respetivamente. O primeiro diz respeito ao reencaminhamento, de Orlando Ribeiro para a Junta, de uma nota de débito da seguradora Portugal Previdente, datada de agosto de 1976, das apólices de seguro das duas viaturas que a MGFHU tinha ao serviço em Angola.⁸⁸ O segundo, refere-se à resposta a um pedido do Gestor da Junta, acerca do arrolamento do material da MGFHU. O secretário do Centro de Estudos Geográficos dá conta nesta altura do desconhecimento do paradeiro de parte dos materiais que ficaram em Angola e Moçambique, não sabendo o que será para abate e o que estará em falta.⁸⁹

A pesquisa desinteressada e a ocupação científica

- 41 Na segunda metade do século XX, o Estado Novo português investiu recursos sem precedentes, direcionados para o conhecimento científico dos territórios ultramarinos, o que permitiu a realização de trabalhos de campo e possibilitou diversos contributos para o avanço científico. Estes contributos situavam-se na fronteira entre as necessidades indicadas pelo regime, tendo em vista a tomada de decisão política, e as linhas de pesquisa que mais interessavam aos investigadores e chefes de missão. Naturalmente, como argumenta Castelo (2022), a relação entre Estado e cientistas não se processou sem tensões, negociações e contradições. O fim do império português e a saída abrupta de militares e população civil dos territórios africanos no pós-25 de abril de 1974, bem como o início de guerras civis, em particular em Angola e Moçambique, dificultaram ou impediram uma continuidade dos trabalhos da Geografia tropical portuguesa. Encerrou-se assim um ciclo científico produtivo, coerente e estruturado, que tinha começado no pós-segunda guerra, e para o qual as missões de Geografia foram fundamentais. Ciclo este, que coincidiu com a crescente amplificação da contestação anticolonial a vários níveis e, grosso modo, com as guerras de libertação dos territórios africanos ocupados.
- 42 No caso específico da Geografia, o funcionamento de seis missões na segunda metade do século XX, das que tratamos três em mais detalhe (um agrupamento científico e duas missões), entre o final dos anos de 1950 e 1973, viabilizou as condições financeiras, materiais e logísticas, para a realização de trabalho científico em todos os territórios do império, com especial relevo para África. Estas Missões agruparam um conjunto de colaboradores e bolsheiros (Quadro 1), e potenciaram uma rede de investigação que Orlando Ribeiro tinha em mente para analisar “um povo na terra” (Ribeiro, 2008 [1946]), ou como referiu num relatório de missão em 1961, no ultimar os estudos de conjunto para uma “Geografia da Expansão Portuguesa”. Os resultados científicos deste investimento significativo são inúmeros, desde a formação académica de um conjunto de investigadores, com a realização de diversas teses de licenciatura e doutoramento sobre territórios africanos, até à publicação de inúmeros trabalhos científicos de várias subáreas da Geografia física e humana no continente, alguns dos quais continuam a ser referências chave (Ribeiro, 1950a; 1998[1954]; Tenreiro, 1961; Amaral, 1964; 1968; Medeiros 1976; Moreira, 1979; Mendes, 1979; Feio, 1981). Estes esforços foram também críticos no estabelecimento do ensino superior de Geografia em Angola e Moçambique (Sarmiento, 2018; 2019).

43 Num parecer manuscrito, incluído na carta a que Orlando Ribeiro anexou os diversos relatórios da campanha de 1962 (chefe da missão, Francisco Tenreiro, Raquel Soeiro de Brito e Ilídio do Amaral), o presidente da JIU solicitou a “esclarecida atenção” do Ministro do Ultramar para partes dos relatórios que se afiguram “matéria política e socialmente relevante, de que conviria dar esclarecimentos às Províncias, em documento confidencial”.⁹⁰ Apesar da descontinuidade do arquivo, a resposta de Orlando Ribeiro ao presidente da JIU ainda nesse mês, mostra bem a posição firme do geógrafo acerca do assunto: “Conforme já uma vez tive ocasião de dizer a V.^a Ex.^a, os Relatórios das Missões não são publicações de carácter científico; larga parte é reservada às circunstâncias exteriores, administrativas, facilidades ou dificuldades das mesmas, etc.; é meu costume, aliás, apenas indicar uma súmula ou condensação (às vezes apenas enunciado) dos resultados científicos. V.^a Ex.^a concordou, noutra altura, com esta opinião, mandando suspender a publicação de um relatório da minha autoria que já estava composto”.⁹¹ Orlando Ribeiro era sabedor do frágil equilíbrio entre o fazer ciência desinteressada e os objetivos e fins que ela poderia ter, sobretudo no âmbito de missões com financiamentos apreciáveis. Mais tarde escreveria que “quanto ao trabalho de campo, nos estudos subsidiados pela Junta de Investigações do Ultramar, manda a justiça que se diga que são grandes as facilidades e generosa a retribuição” (Ribeiro, 1969, cit. in Daveau, 2014: 12). Aliás, na proposta da MGFHU, Orlando Ribeiro escreveu: “É evidente que qualquer tentativa de aplicação e utilização de elementos geográficos se baseia, por um lado, na pesquisa desinteressada e no conhecimento de conjunto dos territórios, por outro na informação que nos seja pedida e nos problemas (de administração, de economia, de planeamento) para os quais a nossa atenção e colaboração seja solicitada. À minha formação agrada mais a pesquisa desinteressada; mas não negaria, antes gostosamente daria, toda a colaboração que neste campo me viesse a ser pedida”.⁹² Naturalmente que estas missões, tal como outras organizadas neste tempo, foram instrumentais para um Estado colonial e ditatorial, que tinha como fundamento político a “ocupação científica” do além-mar. Independentemente do seu posicionamento crítico em determinados aspetos da atuação do regime e das condições de vida de muitas populações, mais ou menos subtis em relatórios e produção científica, as Missões eram parte integrante da colonização científica e mantinham uma relação privilegiada com a dominação colonial. Basta olhar para os lugares estudados nas diversas campanhas, em particular o norte de Moçambique e o Sul de Angola, para se perceber o seu valor estratégico para o regime.

BIBLIOGRAFIA

Amaral, I. (1964). *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

Amaral, I. (1968). *Luanda. Estudo de Geografia Urbana*. Nº. 53. Lisboa: Memórias da Junta de Investigações do Ultramar.

- Amaral, I. (1983a). Da Comissão de Cartografia (1883) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). *Finisterra*, Vol. XVIII, n.36, pp. 327-331.
- Amaral, I. (1983b). Estudos de geografia das regiões tropicais. *Garcia de Orta – Série Geografia*, Vol. 8, n.1-2, pp. 1-44.
- Brito, R.S. (1970). Nótula acerca dos povos pastores e agro-pastores do distrito de Moçâmedes. *Finisterra*, Vol. V, n.9, pp. 69-83.
- Brito, R.S. (1997). Timor Leste, a Terra e os Homens. In Brito, R.S. *No Trilho dos Descobrimientos*. Lisboa: Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses, pp.328-354.
- Castelo, C. (2022). Introdução. Desenvolvimento, cooperação e ciência na era da descolonização. In Sarmiento, J. (org.) *Orlando Ribeiro. Cadernos de Campo Angola 1960-1969*. Famalicão: Húmus, pp. 11-20.
- Castelo, C. (2021). Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974). *Tempo*, n.27, 478-500.
- Castelo, C. (2017). African Knowledge and Resilience in Late Portuguese Colonial Empire: the Agro-Pastoralists of Southwestern Angola. *Portuguese Studies Review*. Vol.25, n.1, pp. 91-118.
- Castelo, C. (2012). Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Vol.19, n.2, pp. 391-408.
- Coelho, M.I.H.M. (1966) *A Ilha de Moçambique*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Daveau, S. e Ribeiro, O. (1973). *La Zone Intertropicale Humide*. Paris: Armand Colin.
- Daveau, S. (2014) Apresentação da segunda edição. In Ribeiro, O. (2014) *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, pp. 9-16.
- Daveau, S. e Garcia, J.C. (2017). *Baçal segundo o seu Abade: contactos científicos entre os geógrafos Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach e o Padre Francisco Manuel Alves*. Picote: Frauga.
- Denis, J. (1956). Une colonie agricole européenne en Angola Portugais. *Bulletin agricole du Congo belge*, Vol.47, n.2, pp. 387-422.
- Dias, J. (1961). *Missão de estudos das minorias étnicas do Ultramar português: relatório da Campanha de 1960 (Moçambique e Angola)*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Feio, M. (1946a). O relêvo do norte de Angola, segundo Jessen. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Vol. V, Fasc. III, pp. 267-294.
- Feio, M. (1946b). O relêvo do norte de Angola, segundo Veatch. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Vol. V, Fasc. III, pp. 295-306.
- Feio, M. (1979). *As Castas Hindus de Goa*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Feio, M. (1981). *O relevo do sudoeste de Angola: estudo de geomorfologia*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Gomes, M.C. (1966). *Vila João de Almeida: um centro de colonização agrícola decadente*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Gourou, P (1970). *L'Afrique*. Paris: Hachette.
- Havik, P.J. e Daveau, S. (2010) (coord). *Caderno de Campo, Guiné 1947*. Famalicão: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Edições Húmus.

- Gourou, P. (1968). Angola et Moçambique: etudes la géographie regionale. *Revue Geographique de Montreal*, Vol.22, n.1, pp. 5-20.
- Medeiros, C.A. (1976). *A colonização das terras altas da Huíla*, Angola. Tese de doutoramento em Geografia Humana. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Medeiros, I. (1982). *Contribuição para o Estudo da Colonização e da Pesca no Litoral de Angola ao Sul de Benguela*. Estudos, Ensaios e Documentos, nº 140. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Mendes, M.C. (1970). *Gabela. Estudo de geografia urbana*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Mendes, M.C. (1979). *Maputo antes da independência. Geografia de uma cidade colonial*. Tese de doutoramento em Geografia Humana. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Moreira, M.E.S.A. (1979). *A Bacia do Rio Umbelúzi (Moçambique). Esboço Geográfico* Tese de doutoramento em Geografia Física. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Oliveira, I.M.M.A de (1966). *Porto Alexandre: vila piscatória do sul de Angola*. Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Oliveira, F.R. (2019). El México de Orlando Ribeiro: cuaderno de campo, fotografías y textos relativos a la Conferencia Regional Latinoamericana de la Unión Geográfica Internacional de 1966. *Investigaciones geográficas*, 100, dezembro.
- Penteado, A.R. (1959-1960). O Colonato da Cela (Angola): Um Exemplo de Colonização Branca na África Negra, *Anuário da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae*, Vol.7, pp.106-116.
- Ribeiro, O. (1949). L'Île de Madère, Étude géographique. *Congrès International de Géographie*. Lisboa: Union Géographique Internationale.
- Ribeiro, O. (1950a). A Missão de Geografia à Guiné em 1947. *Anais da Junta de Investigações Coloniais*. Vol.V, t.III, Estudos de Geografia, Lisboa, pp.3-23.
- Ribeiro, O. (1950b). Problemas de Investigação Científica Colonial. Colóquio realizado na Junta de Investigação Coloniais em 30 de Dezembro de 1949. Lisboa: Ministério das Colónias. Junta de Investigações Coloniais, pp.1-23.
- Ribeiro, O. (1956). Originalidade da Expansão Portuguesa. in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 74, n. 4-5, pp. 127-139.
- Ribeiro, O. (1960). Projeto de Criação de uma Missão de Geografia ao Ultramar. *IICT/MGFHU*, 829, Pasta 1, Doc.1, 7.6.
- Ribeiro, O. (1975). *Destinos do Ultramar*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Ribeiro, O. (1991). Inquérito do povoamento rural. *Opúsculos Geográficos. O Mundo Rural*. IV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.283-288.
- Ribeiro, O. (1995). Inquérito de Geografia Regional. *Opúsculos Geográficos. Estudos Regionais*. VI. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.11-32.
- Ribeiro, O. (1998)[1954]. *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Ribeiro, O. (1999). *Goa em 1956. Relatório ao Governo*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- Ribeiro, O. (2008)[1946]. Propósitos e projectos da minha carreira de geógrafo. [inédito redigido em 1946, com atualizações em 1969]. *Finisterra*, Vol. XXXIII, n.85, pp. 101-107.
- Ribeiro, O. (2014). *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Ribeiro, O. (2017). O Atlas de Portugal Ultramarino. *Mestres, Colegas e Discípulos*. Vol.II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.615-668.
- Sarmento, J. e Brito-Henriques, E. (2013)(coord.). *Orlando Ribeiro Cadernos de campo Moçambique 1960-1963*. Famalicão: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Edições Humus.
- Sarmento, J. (2018). Portuguese tropical geography and decolonization in Africa: the case of Mozambique. *Journal of Historical Geography*. Vol.66, pp. 20-30.
- Sarmento, J. (2019). A Geografia Tropical portuguesa e o Ensino Superior em África: o percurso de três jovens geógrafas em Moçambique nos anos 70 do século XX. In Oliveira, F. R. & Paiva, D. (Org.). *Saberes Geográficos e Geografia Institucional: relações luso-brasileiras no século XX*. Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos. pp.253-270.
- Sarmento, J. (2022)(coord.). *Orlando Ribeiro. Cadernos de Campo Angola 1960-1969*. Famalicão: Húmus
- Silva, J.L. (1960). Embarcações e utensílios de pesca dos ilhéus de Luanda (um estudo sobre aculturação). *Memórias e Trabalhos do Instituto de Investigação Científica de Angola*. 2, pp. 177-216.
- Silva, J.L. (1966). *Armações de pesca*. Tese de licenciatura em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Silva, J.L. (1988). A grande área geográfica dos Tuás (Bantos antigos). In CEG (coord.) *Livro de homenagem a Orlando Ribeiro*, Vol. II. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp.537-548.
- Tenreiro, F. (1961). *A Ilha de São Tome*. Tese de Doutoramento em Geografia. Lisboa: Universidade de Lisboa.

ANEXOS

Documentos do Arquivo do ex-Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade de Lisboa

[IICT, MGFHU] Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar, Processo 829, 8 pastas, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[IICT, MGFHU] Missão de Geografia Física de Angola, Processo 710, 1 pasta, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[IICT, ACPGU] Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar, Processo 673, 2 pastas, Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical.

NOTAS

1. Após a revisão constitucional de 1951, os organismos na dependência do Ministério das Colónias (ultramar), deviam alterar os seus nomes, à medida que fossem sendo revistas as suas leis orgânicas. A Junta substituiu a designação “Colonial” por “Ultramar” em 1955, sendo que desde 1952, esta alteração entrou oficiosamente em uso.
2. IICT/MEGFSA, 710, Doc.1, 13.6.1952.

3. Espólio particular SD, 26.6.1958.
4. *Reisen und Forschungen in Angola*, Berlin: Reimar, 1936.
5. *The Evolution of the Congo Basin*, Geological Society of America, Mem, 3, 1935.
6. IICT/MEGFSA, 710 Doc.1, 13.6.1952.
7. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.1, 7.6.1960.
8. Espólio particular SD, 6.6.1958.
9. IICT/MEGFSA, 710, Doc.11, 12.6.1958.
10. Espólio particular SD, 26.6.1958.
11. IICT/MEGFSA, 710, Doc.12, 13.7.1958.
12. *Ibidem*.
13. IICT/MEGFSA, 710, Doc.15, 9.8.1958.
14. IICT/MEGFSA, 710, Doc.12, 29.11.1958.
15. IICT/MEGFSA, 710, Doc.40, 15.3.1959.
16. Espólio particular SD, 19.5.1959.
17. *Ibidem*, 11.9.1959.
18. BNP, Espólio Científico de Orlando Ribeiro, Cx.31, 30.1.1960.
19. IICT/ACPGU, 710, Doc.86, 17.2.1961.
20. IICT/ACPGU, 673, Pasta 1, Doc1. 19.11.1956.
21. *Ibidem*.
22. *Ibidem*, Doc.2, 26.12.1956.
23. *Ibidem*, Doc.11, 3.12.1957.
24. IICT/ACPGU, 673, Pasta 1, Doc.30, 19.7.1958
25. *Ibidem*, Doc.36, 5.12.1958.
26. *Ibidem*, Doc.56, 16.3.1960.
27. *Ibidem*.
28. Ver Daveau e Garcia (2017) a este propósito. Também o antropólogo Jorge Dias (1907-1973), que desde 1947 começou a fazer um levantamento etnográfico e etno-sociológico geral do País – os levantamentos do Centro de Estudos de Etnologia (1947-1980) –, levou as componentes essenciais da abordagem metodológica do norte de Portugal para Moçambique (Dias, 1961).
29. IICT, ACPGU, 673, Pasta 1, Doc.40, 31.12.1958.
30. *Ibidem*, Doc.42, 31.12.1958.
31. *Ibidem*, Doc.50, 14.11.1959.
32. Inéditos, Ilídio do Amaral, Caderno de Campo nº2, Angola, coleção particular. A propósito dos cadernos de campo deste período, ver Havik e Daveau (2010); Sarmiento e Brito-Henriques (2013); Oliveira (2019) e Sarmiento (2022).
33. Criado em 1955, em parte para corresponder às recomendações da cooperação inter-imperial, este organismo dependia do Ministério do Ultramar, por intermédio do Governo-geral e da Junta das Missões Geográficas e de Investigação do Ultramar.
34. Espólio particular SD, 3.1.1959.
35. *Ibidem*.
36. *Ibidem*.
37. IICT, ACPGU, 673, Pasta 1, Doc.55, 16.3.1960.
38. *Ibidem*, Doc.136, 28.1.1965.
39. Oliveira (1966), Gomes (1966) e Coelho (1966). *Ibidem*, Doc.241, 26.10.1966.
40. IICT/ACPGU, 673, Pasta 1, Doc184, 28.2.1967.
41. Mendes (1970). A autora, nascida na Gabela, foi uma das primeiras professoras no recém-criado curso de Geografia na Universidade de Lourenço Marques, hoje Maputo (ver Sarmiento, 2019). Uns anos mais tarde defendeu uma tese de doutoramento sobre Lourenço Marques/Maputo, enquanto cidade colonial (Mendes, 1979).
42. IICT/ACPGU, 673, Pasta 1, Doc.274, 17.2.1961.

43. *Ibidem*, Doc.246, 18.5.1971.
44. Portaria n.º 17935, Diário do Governo n.º 210/1960, Série I de 9 de setembro de 1960; IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.1, 7.6.1960.
45. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.52, 10.7.1961.
46. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.32, 3.3.1961.
47. *Ibidem*.
48. *Ibidem*.
49. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.118, 13.7.1962.
50. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.125, 6.8.1962.
51. *Ibidem*, Doc.134, 6.11.1962.
52. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.6, 9.7.1960.
53. *Ibidem*, Doc.13, 20.7.1960.
54. *Ibidem*, Doc.19, 20.8.1960.
55. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.209, 16.11.1963.
56. *Ibidem*. Ver Brito (1997).
57. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc.235, 21.3.1964.
58. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc.249, 22.7.1964.
59. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc. 251, 31.7.1964.
60. *Ibidem*, Doc.249, 22.7.1964.
61. *Ibidem*, Doc. 260, 24.8.1964.
62. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc. s/n, 15.12.1964.
63. *Ibidem*, Doc. 309, 17.7.1965.
64. *Ibidem*.
65. *Ibidem*.
66. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc.328, 3.11.1965.
67. *Ibidem*, Doc.357, 11.7.1966.
68. *Ibidem*, Doc.404, 9.8.1967.
69. *Ibidem*, Doc.410, 15.9.1967.
70. IICT/MGFHU, 829, Pasta 2, Doc.412, 12.10.1967.
71. Carlos Krus Abecasis (1918-2012), foi subsecretário de Estado do Ultramar entre 1955 e 1958, e foi presidente da JIU entre 1961 e 1970.
72. IICT/MGFHU, 829, Pasta 3, Doc.17, 20.4.1968.
73. Joaquim da Silva Cunha (1920-2004) foi ministro do Ultramar entre 1965 e 1973.
74. IICT/MGFHU, 829, Pasta 3. Doc.19, 6.5.1968.
75. *Ibidem*, p.71. A este propósito ver Castelo (2017), que refere que as conclusões de Raquel Soeiro de Brito foram em tudo semelhantes àquelas que os dirigentes da Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola já haviam reportado às autoridades.
76. IICT/MGFHU, 829, Pasta 3, Doc.129, 29.11.1969.
77. *Ibidem*, Doc.94, 6.5.1970.
78. *Ibidem*, Doc.148, 10, 11, 1971.
79. IICT/MGFHU, 829, Pasta 4, Doc.42, 12.6.1973.
80. Refere-se aqui a Carlos Alberto Medeiros (ver Medeiros, 1976), a Isabel Medeiros, que preparava uma tese sobre as pescas, que não chegou a ser terminada (ver Medeiros, 1982), e a Lino da Silva. Os dois primeiros eram orientados por Ilídio do Amaral, sendo o último orientado por Viegas Guerreiro.
81. IICT/MGFHU, 829, Pasta 4, Doc.46, 12.7.1973.
82. *Ibidem*, Doc.52, 17.10.1973.
83. *Ibidem*, Doc.55, 14.11.1973.
84. No final de 1979, a Junta passou a Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical, e a partir de 8 de abril de 1982, a Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), organismo que

foi extinto em 31 de julho de 2015. O Centro de Geografia do Ultramar passou a designar-se apenas Centro de Geografia, tendo Ilídio do Amaral sido o seu diretor, entre 1984 e 2005.

85. IICT/MGFHU, 829, Pasta 4, Doc.69, 10.4.1975.

86. Ibidem, 829, Pasta 4, Doc.s/n, 6.4.1974.

87. Ibidem, 829, Pasta 4, Doc.s/n, 27.11.1974.

88. Ibidem, 829, Pasta 4, Doc.71, 9.8.1976.

89. Ibidem, 829, Pasta 4, Doc.74, 20.6.1977.

90. Ibidem, Doc.180, 15.7.1963.

91. Ibidem, Doc.187, 3.8.1963.

92. IICT/MGFHU, 829, Pasta 1, Doc.1, 7.6.1960.

RESUMOS

O conhecimento científico de África, e da África portuguesa em particular, realizou-se tardiamente em relação a outros territórios e a outros impérios. Foi sobretudo após 1945 que se iniciaram trabalhos científicos articulados e consistentes sobre os territórios do império português. A Geografia, enquanto disciplina científica autónoma, acompanhou as mudanças institucionais de planeamento e coordenação da investigação científica nas colónias portuguesas, protagonizadas pela Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, mais tarde Junta de Investigações Coloniais, e Junta de Investigações do Ultramar.

Este texto debruça-se sobre as Missões de Geografia financiadas por este organismo no pós-guerra, com particular destaque para três casos: A Missão de Estudos de Geografia Física de Angola (1958-1961), o Agrupamento Científico de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (1958-1973), e a Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1960-1973). Todas moldaram fortemente a investigação geográfica que se fez nos trópicos, e em África em particular, durante cerca de duas décadas.

Entre outras fontes dispersas, para este trabalho consultaram-se os processos referentes às três iniciativas supracitadas que foram conduzidas nos territórios coloniais portugueses, e produzidos no âmbito da comissão executiva da Junta de Investigações do Ultramar, que, desde a extinção do Instituto de Investigação Científica Tropical, se encontram à guarda da Universidade de Lisboa. Um trabalho de maior folego publicado recentemente faz uma análise mais detalhada destas missões, sobretudo tendo em vista os trabalhos específicos de Orlando Ribeiro em Angola, e em particular os seus cadernos de campo (Sarmento, 2022).

Scientific knowledge of Africa, and of Portuguese Africa in particular, took place belatedly in relation to other territories and other empires. It was especially after 1945 that articulated and consistent scientific work began on the territories of the Portuguese empire. Geography, as an autonomous scientific discipline, followed the institutional changes in the planning and coordination of scientific research in the Portuguese colonies, which was led by the Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, later Junta de Investigações Coloniais, and Junta de Investigações do Ultramar.

This text focuses on the Geography Missions financed by this organization in the post-war period, with emphasis on three in particular cases: The Physical Geography Study Mission of Angola (1958 -1961), the Scientific Group for the Preparation of Geographers for the Overseas (1958-1973), and the Overseas Physical and Human Geography Mission (1960-1973). All of them

strongly moulded the geographic research that was carried out in the tropics, and in Africa in particular, for about two decades.

Among other dispersed sources used in this work, the processes referring to the three aforementioned initiatives that were conducted in Portuguese colonial territories were consulted, and produced within the scope of the executive committee of the *Junta de Investigações do Ultramar*, which, since the extinction of the *Instituto de Investigação Científica Tropical*, are in the custody of the University of Lisbon. A more extensive work published recently makes a more detailed analysis of these missions, especially in view of the specific works of Orlando Ribeiro in Angola, and in particular his field notebooks (Sarmiento, 2022).

El conocimiento científico de África, y del África portuguesa en particular, se produjo tardíamente en relación con otros territorios y otros imperios. Fue principalmente después de 1945 que se inició un trabajo científico articulado y consistente en los territorios del imperio portugués. La Geografía, como disciplina científica autónoma, siguió los cambios institucionales en la planificación y coordinación de la investigación científica en las colonias portuguesas, encabezados por la *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, más tarde la *Junta de Investigações Coloniais*, y la *Junta de Investigações do Ultramar*.

Este texto se centra en las Misiones de Geografía financiadas por esta organización en la posguerra, con especial énfasis en tres en particular: La Misión de Estudios de Geografía Física de Angola (1958 -1961), el Agrupamiento Científico para la Preparación de Geógrafos para el Exterior (1958-1973), y la Misión de Geografía Física y Humana en el Extranjero (1960-1973). Todos ellos marcaron fuertemente la investigación geográfica que se llevó a cabo en los trópicos, y en África en particular, durante unas dos décadas.

Entre otras fuentes dispersas, para este trabajo se consultaron los procesos referentes a las tres iniciativas mencionadas que se llevaron a cabo en territorios coloniales portugueses, y producidos en el ámbito del comité ejecutivo de la *Junta de Investigações do Ultramar*, que, desde la extinción del *Instituto de Investigação Científica Tropical*, están bajo la custodia de la Universidad de Lisboa. Un trabajo más extenso publicado recientemente hace un análisis más detallado de estas misiones, especialmente a la vista de los trabajos específicos de Orlando Ribeiro en Angola, y en particular de sus cuadernos de campo (Sarmiento, 2022).

La connaissance scientifique de l'Afrique, et de l'Afrique portugaise en particulier, s'est faite tardivement par rapport à d'autres territoires et à d'autres empires. C'est principalement après 1945 que des travaux scientifiques articulés et cohérents ont commencé sur les territoires de l'empire portugais. La géographie, en tant que discipline scientifique autonome, a suivi les changements institutionnels dans la planification et la coordination de la recherche scientifique dans les colonies portugaises, dirigées par la *Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, plus tard la *Junta de Investigações Coloniais*, et la *Junta de Investigações do Ultramar*.

Ce texte se concentre sur les missions de géographie financées par cette organisation dans la période d'après-guerre, avec un accent particulier sur trois de ces missions : la Mission d'étude de géographie physique de l'Angola (1958 -1961), L'agroupements scientifique pour la préparation des géographes pour l'outre-mer (1958-1973) et la Mission outre-mer de géographie physique et humaine (1960-1973). Tous ont fortement façonné les recherches géographiques qui ont été menées sous les tropiques, et en Afrique en particulier, pendant une vingtaine d'années.

Entre autres sources dispersées, pour ce travail, les processus faisant référence aux trois initiatives susmentionnées qui ont été menées dans les territoires coloniaux portugais ont été consultés et produits dans le cadre du comité exécutif de la *Junta de Investigações do Ultramar*, qui, depuis l'extinction de *Instituto de Investigação Científica Tropical*, est sous la garde de l'Université de Lisbonne. Un ouvrage plus étendu publié récemment fait une analyse plus détaillée de ces missions, notamment au regard des travaux spécifiques d'Orlando Ribeiro en Angola, et notamment ses carnets de terrain (Sarmiento, 2022).

ÍNDICE

Índice geográfico: Portugal, África

Mots-clés: missions de géographie, colonialisme tardif, Afrique, Orlando Ribeiro

Palavras-chave: missões de Geografia, colonialismo tardio, África, Orlando Ribeiro

Palabras claves: misiones de geografía, colonialismo tardío, África, Orlando Ribeiro

Keywords: geography missions, late colonialism, Africa, Orlando Ribeiro

Índice cronológico: 1950–1970

AUTOR

JOÃO SARMENTO

Departamento de Geografia e Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho (Portugal). Email: j.sarmento@geografia.uminho.pt, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4770-2427>